

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Juliessa Ricce Valera

Luci Pastor Manzoli

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar

Eixo temático: 2. Pesquisas e Práticas Educacionais

(Pesquisa em andamento) Pôster

Resumo

A discussão a favor da Educação Inclusiva em nosso país vem crescendo significativamente pautada pelo paradigma da Educação para todos. A escolarização das pessoas com deficiência foi caracterizada pela exclusão, depois pela segregação, passando pela fase de integração, seguida da fase da inclusão nas últimas décadas do século XX. Nesse contexto, pensar em educação inclusiva, é refletir sobre uma escola que ofereça acesso e permanência para todos os alunos, visando a remoção das barreiras para a aprendizagem. Para o ambiente tornar-se inclusivo, é necessário oferecer uma estrutura adequada como as adaptações curriculares, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e demais meios que possam favorecer o processo de inclusão. O presente trabalho é de natureza bibliográfica e tem por objetivo mapear as Teses e Dissertações que constam no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a respeito da Adaptação Curricular e Deficiência Intelectual no contexto da educação inclusiva. Os dados preliminares apontam para a necessidade de um maior número de estudos sobre a presente temática, por ser ainda muito restrito as pesquisas produzidas neste campo de conhecimento.

Palavras-chave: Adaptação Curricular; Educação Inclusiva; Deficiência Intelectual.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Juliessa Ricce Valera

Luci Pastor Manzoli

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar

Eixo temático: 2. Pesquisas e Práticas Educacionais

(Pesquisa em andamento) Pôster

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram consideradas não humanas e anormais, sendo a eliminação e o abandono práticas frequentes em períodos anteriores ao século XVIII. (BIANCHETTI, 1995; BUENO 1995; JANUZZI, 2004; MAZZOTTA, 2005).

O marco inicial da história da Educação Especial no Brasil aconteceu com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1854, que posteriormente passou a se chamar Instituto Benjamin Constant – IBC e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, no Rio de Janeiro, conhecido como Instituto Nacional de Surdos - INES. (JANNUZZI, 2006; MAZZOTTA, 2005).

Nessa direção, começa a emergir um trabalho mais voltado para a área educacional do que médica. Entre as décadas de 1930 e 1940, aumenta o número de entidades para o atendimento dessas pessoas, com destaque para os deficientes mentais. (LOPES; MARQUESINI, 2012; JANNUZZI, 1985).

No ano de 1961, o atendimento aos deficientes passa a ser fundamentado pelas [...] “disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino”. (BRASIL, 2008, p. 2).

Neste sentido, passou a oferecer o ensino especializado através de classes especiais, anexas às escolas comuns (JANNUZZI, 2006; MAZZOTTA, 2005, VELTRONE et al, 2009; FERNANDES, 2010).

A finalidade dessas classes era oferecer o ensino especializado para alunos deficientes mentais, mas eram eles quem deveria se adaptar à escola, e não o

contrário. (JANNUZZI, 2006; MAZZOTTA, 2005, VELTRONE et al, 2009; FERNANDES, 2010).

Somente a partir da década de 1990, o Brasil começou a seguir os princípios da educação inclusiva e passou a oferecer garantias legais para que a escolarização dos deficientes acontecesse nas salas de aulas regulares e a Educação Especial sendo ofertada enquanto apoio complementar. (MENDES, 2006; VELTRONE, 2011).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva considera a pessoa com deficiência “[...] aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.” (BRASIL, 2008, p. 9).

No caso dos alunos com deficiência intelectual, o referido documento considera que esses possuem uma maneira própria de lidar com o saber, que na maioria das vezes não corresponde ao ideal da escola. São alunos que apresentam dificuldades de construir seus conhecimentos comparados aos demais considerados normais. (BRASIL, 2007).

As definições e nomenclaturas utilizadas para designar essas pessoas eram bastante variadas como retardo mental, deficiência mental, dentre outros, dependendo do quadro conceitual de cada país. Os tempos passaram e novos estudos foram surgindo, trazendo uma maior compreensão a respeito dessa condição. No Brasil, a nomenclatura difundida nos documentos expedidos pelos órgãos governamentais é deficiência mental, se pautando sempre nas definições da American Association on Mental Retardation (AAMR).

A partir de 2010, o Brasil tem adotado a terminologia Deficiência Intelectual proposta pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), bem como a sua conceituação, que está relacionada dentre outros, ao comportamento adaptativo e ao contexto social.

Schalock et al. (2007), salientam que o termo deficiência intelectual proposto pela AAIDD compreende a mesma população de pessoas que eram diagnosticadas anteriormente com retardo mental, em “número, tipo, nível”. Assim sendo, o indivíduo que é ou era elegível para um diagnóstico de retardo mental, também é elegível para um diagnóstico de deficiência intelectual, considerando, que o termo deficiência mental foi substituído por deficiência intelectual no fórum da AAIDD em 2007. (SCHALOCK et.al, 2007; FERNANDES, 2010)

A AAIDD define a deficiência intelectual como “[...] uma significativa limitação tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expressados em habilidades conceituais, sociais e práticas. Essa condição origina-se antes dos dezoito anos de idade”. (SCHALOCK et.al, 2010, p. 4).

No que se refere ao trabalho educacional com esses alunos, tornou-se de suma importância definir estratégias pedagógicas e adaptação no currículo que vão ao encontro de suas necessidades, possibilitando que ultrapassem as barreiras impostas pela deficiência. (LOPES; MARQUESINI, 2012).

Sob essa perspectiva, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica (2001) esclarece que ao viabilizar a inclusão dos educandos com deficiência na rede regular de ensino, a escola deve promover flexibilizações e adaptações curriculares que levam em consideração os conteúdos a serem ministrados, a metodologia de ensino, bem como os recursos e as avaliações adequando-os ao desenvolvimento desses alunos.

Portanto, o currículo escolar é apontado como instrumento essencial para atender as especificidades e necessidades dos alunos, oferecendo assim, oportunidades para que todos aprendam os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações curriculares quando necessário. (HEREDERO, 2010).

Seguindo uma tendência internacional, o Brasil empregou as expressões adaptações curriculares ou adequações curriculares [...] “para denominar toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos, no contexto escolar”. (HEREDERO, 2010, p. 199).

Em relação a isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998, p.32), destacam que a [...] “aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes”.

O projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidade especiais (BRASIL, 2000) nos Volumes 5 e 6 destaca que as adaptações dos elementos do currículo podem ser de pequeno ou de grande porte.

As adaptações curriculares de pequeno porte são conhecidas como não significativas, ou seja, são modificações promovidas no currículo pelo professor, com o objetivo de permitir a participação dos educandos com deficiência no processo de

ensino e aprendizagem. O professor pode utilizar essas adaptações em vários momentos da atuação, como “nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método, no processo de avaliação e na temporalidade”. (BRASIL, 2000a, p. 8).

Já as adaptações curriculares de grande porte são aquelas que necessitam de ajustes cuja implementação depende de decisões e ações “tecnico-político-administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração”. Dessa forma, as adaptações curriculares de grande porte serão úteis para atender a necessidade dos educandos quando houver divergência entre suas necessidades e as exigências do currículo regular. (MEC/SEESP, 2000b, p. 10).

Portanto, o presente estudo tem por objetivo mapear as Teses e Dissertações que constam no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ a respeito da Adaptação Curricular e Deficiência Intelectual no contexto da educação inclusiva.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e o que move os pesquisadores a realizá-la é o

[...] não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo como qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção esta distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada. (FERREIRA, 2002, p. 258-259).

O procedimento para coletar os dados no Banco de Teses foi a seleção de títulos por meio dos descritores – “Adaptação Curricular e Adequação Curricular”; “Educação inclusiva e Inclusão Escolar” e “Deficiência Mental e Deficiência Intelectual”. Para não deixar de lado produções que tratavam da mesma temática, mas que apresentavam palavras-chave diferentes como: “Adaptação Curricular e Adequação Curricular” utilizou-se a busca por palavras sinônimas.

O quadro a seguir apresenta o resultado da busca no referido site e organizado por ano e assunto.

¹ Banco de Teses Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/?login-url-success=/capesdw/>>

Ano/Assunto	Adequação Curricular	Estratégia Pedagógica	Inclusão Escolar	Práticas Pedagógicas
1998				
1999				
2000				01
2001				
2002				
2003				
2004			03	
2005			01	01
2006			06	01
2007			07	01
2008	01	01	06	
2009		01	02	01
2010	01		01	02
2011			08	
2012	01	01	09	02
2013		01	04	01
Total:	03	04	47	10

Quadro 1. Mapeamento de Teses e Dissertações sobre Deficiência Intelectual e Adaptação Curricular

Fonte: Dados retirados do Banco de Tese da Capes.

Os dados coletados foram a partir do ano de 1998, por ser neste ano que surgiu os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para alunos com Necessidades Educacionais Especiais, sendo a Adaptação Curricular o foco desta pesquisa.

A partir dos dados coletados até o momento, entre o período de 1998 até 2013 foram encontradas somente 03 dissertações que discutem sobre a Adaptação curricular para alunos com Deficiência intelectual como mostra o quadro acima. Por outro lado, encontramos em maior quantidade pesquisas sobre “Inclusão Escolar”, “Práticas Pedagógicas” e “Estratégias Pedagógicas”.

Percebe-se, portanto, a necessidade de um maior número de estudos sobre a presente temática, espera-se que por meio deste trabalho, possamos realizar uma discussão mais significativa acerca da Adaptação Curricular e Deficiência Intelectual.

Observa-se aqui que este é um estudo preliminar e que será mais aprofundado, pretendendo trazer contribuições a respeito da adaptação curricular para o sucesso escolar do aluno com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia. **Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR** - Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. Revista de Educação PUC-Campinas, 2004, p. 33- 48.

ALMEIDA, Patrícia. **Deficiência Intelectual** - Nada de Excepcional. Artigos. 2007. Disponível em: <http://usplegal.saci.org.br/> Acesso em 28 mar. 2014.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva - **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/ SEESP, n. 5, 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. v. II, n.3, 1995, p.07-19.

BOER, Wania Aparecida. **Adequações curriculares na área da deficiência intelectual**: análise de uma realidade. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), do Centro de Educação e Ciências Humanas Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional especializado: Deficiência mental**. Brasília, DF, 2007.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**: Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Vol. 4: construindo uma escola inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000a.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Vol. 5: adaptações curriculares de grande porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000b.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira**: a integração-segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **A política da Educação Especial no Brasil**. Brasília, ano 13,n.60,out./dez.1993.p.93-102. Disponível em : <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/890/797>>. Acessado em 25/02/2014.

CIRILO, Marisa Assunção. **Deficiência mental e discurso pedagógico contemporâneo**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas (2010). Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Org). **Das Margens ao Centro**: perspectivas para as políticas educacionais no contexto especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p.159-168.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade. Ano XXVIII, nº. 79, agost. 2002.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial**: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Revista educação. Vol.32.n.02, 2007. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a5.htm>> Acesso em 02 abril de 2014.

HEREDERO, Eladio Sebastian. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela**: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum: Education, Maringá. V.32, n.2, 2010, p. 193-208.

JANUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados. 2ª ed, 2006 .

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. **Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Jul.-Set.2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira (2010). Inclusão Escolar e Educação Especial: Das Diretrizes à Realidade das Escolas. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Org). **Das Margens ao Centro**: perspectivas para as políticas educacionais no contexto especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p.79-87.

_____, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Deficiência mental**: A construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____, Enicéia Gonçalves .(2008). Caminhos da Pesquisa sobre Formação de Professores para a Inclusão Escolar. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. (Org). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF:CAPES – PROESP. p.92-122.

SANTOS, Sofia; MORATO, Pedro. **Acertando o Passo! Falar de Deficiência mental é um erro: Deve falar-se de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID)**. Por que?. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.1, p. 3-16, Jan.-Mar, 2012.

SASSAKI. Romeu. **Atualizações Semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência Mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?** Rev. Nac. Reab. 2005; ano IX (43): p. 9-10.

SCHALOCK R. L. ET al. (2010). **Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports** (11th Edition). Washington: American Association on Intellectual Developmental Disabilities – AAIDD.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012.

_____, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Caracterização dos profissionais responsáveis pela identificação da deficiência intelectual em escolares**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 24. N. 39, p. 61-76, jan.-abr. 2011.

_____, Aline Aparecida; MENDES. ET al (2009). A Educação Especial no Brasil: Perspectivas atuais na concepção e definição da deficiência mental. In: COSTA, Maria da Piedade Resende de. (Org). **Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. p.11-27.